

Acordo com FMI limita ação do BC no câmbio

Venda de moeda norte-americana proveniente do pacote de ajuda externa obedecerá a cotas mensais

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O governo definiu as regras de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio e as incluiu na nova versão do Memorando Técnico de Entendimento que compõe o acordo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional. Dos recursos recebidos no pacote de ajuda internacional, de US\$ 41,5 bilhões, o BC pode vender no máximo US\$ 3 bilhões em março, US\$ 2 bilhões em abril, US\$ 1,5 bilhão em maio e US\$ 1,5 bilhão em junho. Em abril, maio e junho o limite pode ser elevado no valor correspondente ao saldo não utilizado no mês anterior ou em até 25% do limite de venda no mês corrente, o que for menor. Esse e outros detalhes da revisão do acordo com o FMI foram divulgados ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do BC, Armínio Fraga.

O BC passará a ter, então, duas modalidades de atuação no câmbio: uma será feita com recursos do programa de ajuda internacional e consistirá no que Fraga chama de “intervenção de irrigação”, ou seja, vendas para atender ao fluxo de pagamentos externos. Além desse, haverá um outro tipo de intervenção, destinado a conter movimentos clara-

com Brasil



Ed Ferreira/AE

Malan: “Mudanças são necessárias em razão do câmbio”

PLANO SERÁ
SUSPENSO SE
CRITÉRIO NÃO
FOR SEGUIDO

outros bancos centrais do mundo”, disse Fraga. Nesse caso, o BC venderá recursos das reservas brasileiras e os montantes não serão divulgados, ao contrário do que ocorre, por exemplo, no México. O BC também fica proibido pelo FMI de atuar no mercado futuro de dólar.

Os limites para venda líquida de dólares do programa de ajuda internacional pelo BC, diretamente ou por meio de seus agentes financeiros, constituem um novo critério de desempenho do acordo brasileiro com o FMI. Os limites para o segundo semestre serão definidos na terceira revisão do programa, em maio. Para elevá-los, será necessária autorização do conselho executivo do FMI, “se justificado pelas circunstâncias”, segundo o texto do memorando. Ma-

lan explicou ontem que a revisão do acordo foi necessária para adaptá-lo ao novo cenário econômico. “As mudanças são aquelas necessárias devido à mudança do regime cambial.” O critério de desempenho das vendas dólar pelo BC é novidade. Na versão anterior, como o câmbio era fixo, o critério era um piso de reservas líquidas de US\$ 20 bilhões.

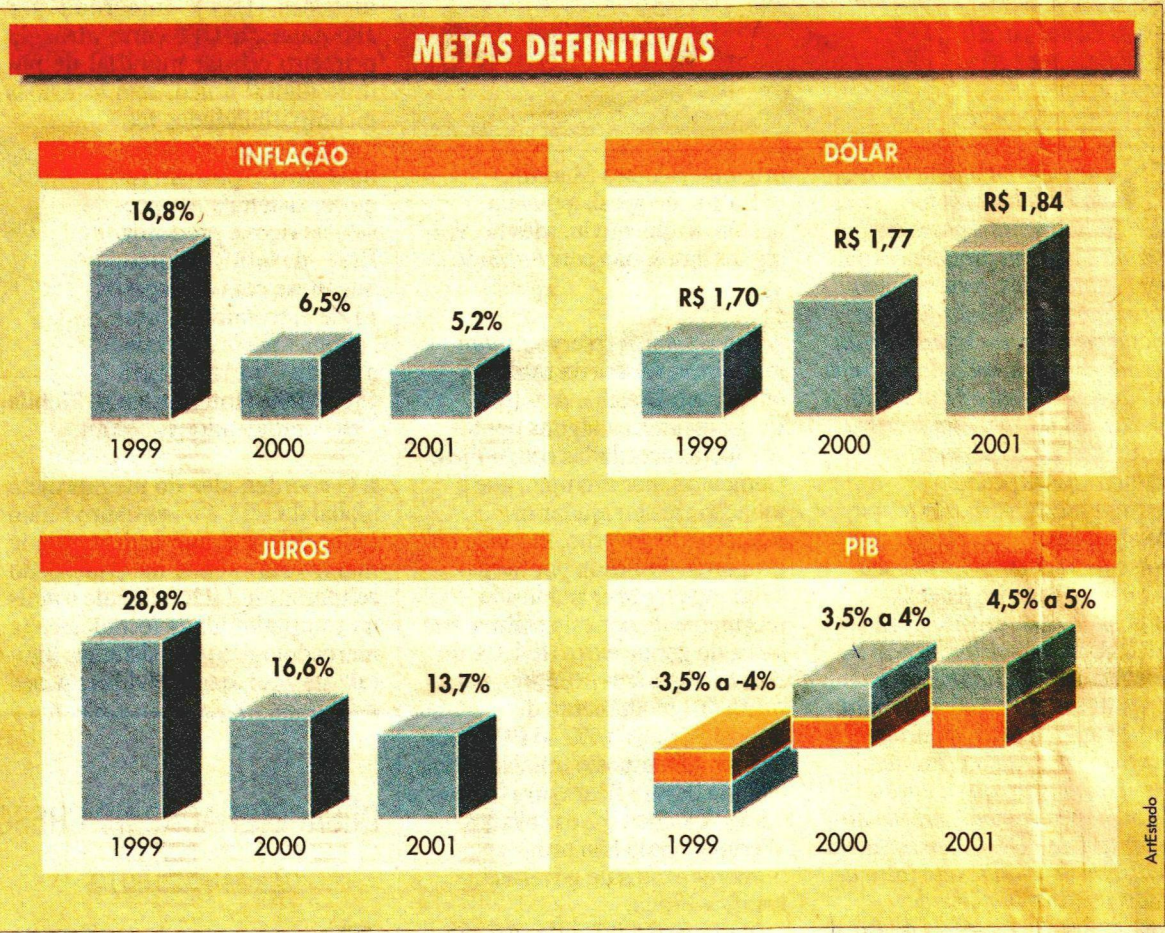
Pela primeira vez na história, o FMI aceitou estabelecer como critério de desempenho o resultado primá-

rio das contas do setor público e não o resultado nominal. A diferença entre os dois é que, no critério nominal, consideram-se os gastos com juros sobre a dívida pública. No primário, essas despesas não são consideradas. “É uma expressão mais acurada dos gastos públicos”, disse Malan.

A maior parte dos dados da nova versão do acordo foi antecipada pelo Estado no sábado. Segundo números divulgados ontem por Malan, o resultado primário do setor público

será de 3,1% do PIB neste ano, de 3,25% no ano 2000 e de 3,35% em 2001. Resultados de 3% do PIB nestes três anos seriam suficientes para estabilizar a dívida líquida pública abaixo de 46,5% do PIB em 2001. Mas optou-se por uma margem de segurança. A dívida está em 52,2% do PIB. A inflação será de 16,8% em 99, 6,5% em 2000 e 5,2% em 2001. O dólar estará em R\$ 1,70 até dezembro.

■ Mais informações nas págs. 3 a 5



AnEstado